

# Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Administração da Exma. Sr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Bezerra – Governadora**

**ANO 89 • NÚMERO: 15.097 NATAL, 14 DE JANEIRO DE 2022 • SEXTA-FEIRA**

**Edital n. 001/2022, de 12 de janeiro de 2022**

O NÚCLEO DO PRIMEIRO ATENDIMENTO CÍVEL DE NATAL, O NÚCLEO ESPECIALIZADO DE TRATAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS DE NATAL, AS 1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup> E 19<sup>a</sup> DEFENSORIAS CÍVEIS DE NATAL, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO DE Nº 250/2021-CSDP, DE 19 DE MARÇO DE 2021, E EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DE Nº 149/2021-GDPGE, DE 30 DE ABRIL DE 2021, TORNA PÚBLICO O EDITAL E REGULAMENTO DA SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, DENOMINADO DPE RESIDÊNCIA, PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, NA FORMA ABAIXO DESCRITA:

## DAS VAGAS

Art. 1º. São oferecidas **10 (dez) vagas** para estagiário de pós-graduação, denominado de residente, sendo **04 (quatro) para o Núcleo do Primeiro Atendimento Cível de Natal, 01 (uma) para o Núcleo Especializado de Tratamento Extrajudicial de Conflitos de Natal, 01 (uma) para a 1ª Defensoria Cível de Natal, 01 (uma) para a 3ª Defensoria Cível de Natal, 01 (uma) para a 17ª Defensoria Cível de Natal, 01 (uma) para a 18ª Defensoria Cível de Natal e 01 (uma) para a 19ª Defensoria Cível de Natal, havendo classificação até o 20º colocado**, para efeito de cadastro de reserva, a fim de suprir eventuais necessidades de substituição ou mesmo para preenchimento de futuras vagas, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

§ 1º. Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas que vierem a surgir no prazo de validade da seleção, na forma da Lei n. 11.788/2008.

§ 2º. Haverá duas listas de classificação para cada seleção, conforme a escolha do candidato no momento da inscrição, uma com classificação geral, incluídos os candidatos com deficiência, e outra exclusivamente composta por esses.

§ 3º. Se o candidato que concorreu como portador de deficiência obtiver média final que o classifica, na lista geral de concorrentes, em colocação superior à vaga reservada que lhe seria destinada, deve tomar posse na situação mais vantajosa para si, não se considerando, porém, preenchida a vaga de deficiente que a ele seria destinada.

§ 4º. Quando da nomeação e da contratação, a ordem de convocação dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga. Nos certames em que o número de classificados for superior a 10, a 2ª vaga será a 11ª vaga, a 3ª vaga será a 21ª, a 4ª vaga será a 31ª, e assim sucessivamente.

§ 5º. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 6º. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do estágio é obstativa à inscrição no concurso.

§ 7º. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá no ato da inscrição:

a) declarar-se pessoa com deficiência no espaço reservado no formulário de inscrição;

b) enviar digitalizado em formato .PDF, laudo médico original ou cópia simples deste, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, em que conste a identificação do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) ou da Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF), bem como a provável causa da deficiência;

§ 8º. Não será admitido recurso relativo à condição de pessoa com deficiência de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição no formulário de inscrição e/ou não enviar a documentação comprobatória dessa.

## **DOS REQUISITOS PARA O INGRESSO COMO RESIDENTE**

Art. 2º. Constituem requisitos para o exercício da função de estagiário de pós-graduação, a serem comprovados apenas no momento da celebração do termo de compromisso de estágio:

I - Ter o título de Bacharel em Direito, o qual poderá ser comprovado mediante a apresentação de declaração, certificado ou diploma de conclusão do curso de graduação, que contenha a data na qual ocorreu a colação de grau;

II - Estar regularmente matriculado e cursando pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado, ou pós-doutorado, em instituição de ensino oficial ou reconhecida, e conveniada com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, em área afeta as funções.

Art. 3º. A bolsa mensal de complementação educacional decorrente do Estágio é de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), acrescida do auxílio-transporte, não originando qualquer espécie de vínculo empregatício entre o residente e a Defensoria Pública do Estado.

Art. 4º. A carga horária do Estágio será, na forma do art. 10, inciso II, da Lei n. 11.788/2008, de 30 (trinta) horas semanais, distribuída em jornadas diárias de até 06 (seis) horas, nos turnos matutino ou vespertino, a depender do horário de frequência do estagiário à instituição de ensino superior e do funcionamento do Núcleo da Defensoria.

§ 1º. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência, não podendo exceder, em todo caso, a conclusão do curso.

§ 2º. É assegurado ao residente, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, sem perda da bolsa estágio, observada a conveniência do serviço público, sendo permitido o fracionamento em até duas etapas com o mínimo de 10 (dez) dias, na forma disciplinada por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

§ 3º. Nos períodos de avaliação e aprendizagem, mediante a apresentação de calendário oficial da Instituição de ensino, com o fim de possibilitar melhor desempenho nas atividades discentes, o estagiário fará jus à redução de metade da jornada diária, sem prejuízo da bolsa de estágio.

§ 4º. É lícito ao residente se afastar das atividades regulares, sem prejuízo da bolsa de estágio, quando o horário da disciplina de prática jurídica coincidir com o turno do estágio, mas desde que comprovada a impossibilidade de cursá-la em turno diverso, mediante a apresentação de declaração da Instituição de ensino.

Art. 5º. É vedado ao DPE Residente, sob pena de desligamento:

I – O exercício de atividades concomitantes ou estágio em programas similares em qualquer outro órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, estadual ou Municipal;

II – O exercício da advocacia privada, devendo o estagiário de pós-graduação, quando for registrado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), licenciar-se para poder assumir a atividade, apresentando documento expedido pela entidade de classe;

III – O uso de insígnias privativas ou prerrogativas legais de membros da Defensoria Pública;

IV – A prática, de forma isolada ou conjunta, de ato privativo de membros da Defensoria Pública;

Parágrafo único. A atuação do DPE residente, nos casos vedados nos incisos deste artigo, obsta a certificação do estágio, por perda de aproveitamento, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 6º. É vedada a contratação de Residente para atuar/servir subordinado a Defensor Público ou a servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. O residente, no ato da assinatura do termo de compromisso de estágio e de posteriores aditamentos, deve firmar declaração de parentesco, na forma disciplinada por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

Art. 7º. O início do estágio será precedido da assinatura de termo de compromisso, em que deverá constar sem prejuízo de outras exigências contidas na legislação de regência, o seguinte:

- I – A identificação do estagiário, da Instituição de ensino de sua vinculação, do curso ou série;
- II – O valor mensal da bolsa e a menção de que o estágio não acarretará nenhum vínculo empregatício;
- III – A carga horária, distribuída no horário de funcionamento da unidade de estágio, que deverá ser compatível com o horário escolar;
- IV – A assinatura do estagiário, do Defensor Público-Geral e do responsável na Instituição de ensino.

§ 1º. O termo de compromisso de estágio deverá seguir modelo definido pela Defensoria Pública, que observará a legislação de regência e as orientações pedagógicas da Instituição de ensino ao qual o estagiário está vinculado.

§ 2º. As atividades desenvolvidas no estágio serão compatíveis com aquelas previstas com as funções institucionais e a proposta pedagógica do curso.

Art. 8º. O desligamento do residente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I – Automaticamente, ao término do prazo de validade do Termos de Compromisso de Estágio;
- II – Por interrupção do curso na instituição de ensino;
- III – Por conclusão do curso de pós-graduação;
- IV – A pedido do estagiário;
- V – Por interesse e conveniência da Defensoria Pública do Estado;
- VI – Por baixo rendimento nas avaliações de desempenho a que for submetido;
- VII – Por descumprimento, pelo estagiário, de qualquer das cláusulas do Termo de compromisso de Estágio;
- VIII – Por conduta incompatível com a exigida pela Defensoria Pública do Estado, suas normas internas, legislações específicas e geral, aplicadas aos servidores públicos estaduais;
- IX – Por reprovação acima de 50% (cinquenta por cento) dos créditos disciplinares em que o estagiário se encontrar matriculado no semestre anterior ou por reprovação no último período cursado.

## **DAS INSCRIÇÕES**

Art. 9º. As inscrições serão feitas no período de 17 a 26 de janeiro de 2022, através dos e-mails [rodrigolira@dpe.rn.def.br](mailto:rodrigolira@dpe.rn.def.br) e [polianafernandes@dpe.rn.def.br](mailto:polianafernandes@dpe.rn.def.br), devendo ser enviada a inscrição obrigatoriamente para ambos.

§ 1º. Serão consideradas tempestivas as inscrições recebidas até às 23h59m do dia 24 de janeiro de 2022, sendo as demais indeferidas pela intempestividade.

§ 2º. Para se inscrever, o candidato deverá enviar e-mail com o assunto “Seleção de Estagiário de Pós-Graduação”, informando o nome completo, a nacionalidade, o endereço, o telefone para contato, o e-mail, a data de nascimento, o estado civil, o RG, o CPF e a filiação, devendo anexar **obrigatoriamente** os seguintes documentos:

Cópia da cédula de identidade e do CPF;

Histórico ou outro documento emitido pela instituição de ensino, onde foi cursada a graduação, no qual conste o índice de desempenho acadêmico do candidato; e

Os documentos descritos no § 7º, do art. 1º, no caso de candidatos que pretendam concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

§ 3º. Facultativamente, os candidatos deverão apresentar currículo em formato PDF (Portable Document Format), contendo eventuais estágios já realizados e outras experiências acadêmicas ou profissionais, e/ou projeto de extensão ou de pesquisa, acompanhado de declarações e certidões comprobatórias, se for o caso;

§ 4º. Para efeitos de inscrição, serão considerados documentos de identificação:

- a) Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens ou conselhos profissionais, dentre outros), desde que contenham foto e assinatura;
- b) Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado de Alistamento Militar; e
- e) Passaporte.

Art. 10. A inscrição será gratuita.

Art. 11. Ao se inscrever, o candidato manifesta a aquiescência integral e sem condições às disposições, normas e instruções constantes neste instrumento editalício, assim como na legislação que rege o estágio e Resoluções da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas, quando da inscrição no certame respondendo, inclusive, penalmente, por qualquer falsidade, nos termos dos arts. 299 e 304 do Código Penal.

## **DA SELEÇÃO**

Art. 12. O Processo Seletivo regido por este edital será composto pelas seguintes etapas:

**I – Etapa 1 – Avaliação de Documentos - eliminatória** – será analisado se os candidatos apresentaram os documentos obrigatórios descritos no art. 9º deste edital.

**II – Etapa 2 – Avaliação Curricular - classificatória** - consistirá na avaliação curricular dos seguintes itens:

a) Desempenho acadêmico (nota): indicado pelo índice de rendimento acadêmico (IRA) ou outro indicador similar adotado pela instituição de ensino, o qual será considerado em unidades de dezenas, havendo ajuste lógico, se necessário, para estabelecê-lo no intervalo entre 0 a 100, adotando-se as regras abaixo:

a.1) o candidato cuja universidade adote IRA ou índice de desempenho correlato entre 0 e 10 terá o quantitativo multiplicado por 10;

a.2.) o candidato cuja universidade adote IRA ou índice de desempenho correlato entre 0 e 100 não suportará qualquer ajuste em sua média;

a.3.) o candidato cuja universidade adote IRA ou índice de desempenho correlato entre 0 e 1000 terá o quantitativo dividido por 10.

b) Estágio durante o curso de graduação com duração mínima de 6 meses;

c) Estágio durante o curso de pós-graduação com duração mínima de 6 meses;

d) Participação com duração mínima de 20h em projeto de pesquisa ou de extensão.

1. A pontuação atribuída e a comprovação dos itens “b”, “c” e “d” obedecerá a seguinte tabela:

Item	Nota	Limite aceito	Documento comprobatório
Estágio durante curso de graduação	100	01 estágio	Termo de compromisso de Estágio ou declaração emitida pela instituição concedente contendo a carga horária e o período de duração do estágio.
Estágio durante curso de pós-graduação	100	01 estágio	
Participação com duração mínima de 20h em projeto de pesquisa ou de extensão	100	01 projeto	Declaração ou certificado emitido pela instituição ou departamento ao qual o projeto é vinculado ou pelo(a) coordenador(a) do projeto.

2. A classificação para a etapa subsequente obedecerá à ordem decrescente da nota final de cada candidato aprovado conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Nota da avaliação curricular} = ((D.A. * 7) + (N.E.G. * 1) + (N.E.P. * 1) + (N.P * 1))/100$$

\*D.A. = Nota do desempenho acadêmico.

\*N.E.G. = Nota por estágio de graduação.

\*N.E.P. = Nota por estágio de pós-graduação.

\*N.P. = Nota por participação em projeto de pesquisa ou de extensão.

3. Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade.

### III – Etapa 3 – Redação – classificatória e eliminatória:

1. Os 20 (vinte) primeiros selecionados na etapa de avaliação curricular serão oportunamente convocados para a elaboração de redação sobre tema jurídico definido a critério do avaliador, na qual se analisará a aptidão do uso do vernáculo (2,0 pontos), conteúdo jurídico (6,0 pontos) e a concatenação da tese abordada (2,0 pontos) pelo candidato.

2. Será eliminado do Concurso o candidato que não obtiver nota mínima de 6,0 (seis) pontos na redação;

3. A classificação para a etapa subsequente obedecerá à ordem decrescente da nota final de cada candidato aprovado conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Nota final da seleção} = (N.A.C + N.R)/2$$

\*N.A.C. = Nota da avaliação curricular.

\*N.R. = Nota da redação.

4. Em caso de empate na classificação final, terá preferência o candidato de maior idade.

#### **IV – Etapa 4 – Entrevista - eliminatória:**

1. Até o 20º colocado selecionado na etapa de redação será oportunamente convocado para entrevista, a ser realizada, preferencialmente, em ambiente virtual.

2. Durante a entrevista, os currículos dos candidatos aprovados na etapa de redação serão analisados, esclarecendo-se dúvidas acerca de interesses, expectativas e experiências profissionais anteriores.

3. Na entrevista, o candidato será conceituado como apto ou não apto. Nesta última hipótese, mediante decisão fundamentada, escrita e reservada, sendo viabilizado o acesso à cópia das razões apenas e tão somente ao candidato.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13. O resultado da seleção será divulgado no site da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 14. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos que enviarem documentação incompleta ou em desacordo com as normativas deste Edital.

Art. 15. Somente serão cabíveis eventuais recursos dos resultados das etapas descritas no art. 12 deste edital, os quais devem ser interpostos no prazo de até 02 dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação daqueles na imprensa oficial.

Art. 16. A validade do procedimento seletivo é de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final, prorrogável por igual período, podendo ser realizado novo certame antes de findo o prazo, caso exaurido o cadastro de reserva.

Art. 17. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo supervisor do estágio.

Art. 18. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Natal, 12 de janeiro de 2022.

**Brena Miranda Bezerra**

Defensora Pública do Estado

1ª Defensoria Cível de Natal

**Fabrcia C. Gomes Gaudêncio**

Defensora Pública do Estado

3ª Defensoria Cível de Natal

Coordenadora do NUTEC

**Rodrigo Gomes da Costa Lira**

Defensor Público do Estado  
17ª Defensoria Cível de Natal  
Coordenador do NUPACIV

**Felipe de Albuquerque Rodrigues Pereira**

Defensor Público do Estado  
18ª Defensoria Cível de Natal

**Maria Tereza Gadelha Grilo**

Defensora Pública do Estado  
19ª Defensoria Cível de Natal

# Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Administração da Exma. Sr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Bezerra – Governadora**

**ANO 89 • NÚMERO: 15.097 NATAL, 14 DE JANEIRO DE 2022 • SEXTA-FEIRA**

Edital n.º 02, de 27 de dezembro de 2021.

**A DEFENSORIA PÚBLICA DE CURRAIS NOVOS/RN, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO DE Nº 250/2021-CSDP, DE 19 DE MARÇO DE 2021, E EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DE Nº 149/2021-GDPGE, DE 30 DE ABRIL DE 2021, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA 1ª E 2ª ETAPAS DA I SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, DENOMINADO DPE RESIDÊNCIA, PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, NA FORMA ABAIXO DESCRITA:**

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Coordenador do Núcleo de Currais Novos/RN, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela resolução de nº 250/2021-CSDP, de 19 de março de 2021, e em conformidade com o Edital nº 01 – N-CN, de 08 de julho de 2021, torna público **RESULTADO DEFINITIVO** da 1ª e 2ª Etapas da I Seleção Simplificada para Estagiários do Curso de Pós-graduação em Direito, denominado DPE Residência, para o Núcleo de Currais Novos/RN, na forma abaixo:

**LISTA DEFINITIVA INTEGRADA DE CANDIDATOS(AS) CLASSIFICADOS(AS) APÓS A REALIZAÇÃO DA 1ª e 2ª ETAPAS (AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR), NOS MOLDES DO ART. 1ª, §2º E ART. 12 DO EDITAL DO EDITAL Nº 01 – N-CN, de 08 de Julho de 2021.**

Classificaçã o	Candidato	D.A.	N.E.G	N.E.P	Médi a
1	LUCAS SANTOS DE MEDEIROS	92,7 0	100	100	8,49
2	JAQUELINE PEREIRA DE FRANÇA	91,8 0	100	100	8,43
3	LYDIANE BEZERRA DA SILVA	90,4 0	100	100	8,33
4	RAFAEL RODRIGUES MEDEIROS	89,0 0	100	100	8,23
5	FÁBIA FELIPE DOS SANTOS	87,4 0	100	100	8,12
6	BRUNO DE CARVALHO FÉLIX	86,6 0	100	100	8,06
7	MONIQUE MEDEIROS DE MELO	84,4 0	100	100	7,91
8	SIMONE FROES DE SOUZA SOBRINHO	82,9 0	100	100	7,80
9	MARÍLIA TAVARES PINTO	93,9 0	100	0	7,57
10	BEATRIZ DE FIGUEIREDO GRILO	92,8 0	100	100	7,50
11	GREGÓRIO VIEIRA DA COSTA NETO	92,2 0	100	0	7,46
12	TIAGO JOSÉ DE SOUZA LIMA BEZERRA	92,0 0	100	0	7,44



13	LEONARDO JOSÉ BENTODA SILVA	86,0 0	100	0	7,02
14	LIANDRA CLEIA FONSECA MOURA	82,3 0	100	0	6,76
15	RAIANE CAMPELO SOARES	82,0 0	100	0	6,74
16	DAYANE REGINA SOUZA NOGUEIRA	78,7 0	100	0	6,51
17	MICHAEL JACKSON ALVES DE MORAIS	76,7 0	100	0	6,37
18	MARIANA DE ARAÚJO DANTAS	76,4 0	100	0	6,35
19	ALEXANDRE JOSÉ NUNES DE MEDEIROS	71,6 0	100	0	6,01
20	ADARAÍZA REGES BRITO DE ARAÚJO	74,6 0	0	0	5,22

**2. LISTA DE CANDIDATOS(AS) PESSOA COM DEFICIÊNCIA CLASSIFICADOS(AS) APÓS A REALIZAÇÃO DA 1ª e 2ª ETAPAS (AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR), NOS MOLDES DO ART. 1ª, §2º E ART. 12 DO EDITAL DO EDITAL Nº 01 – N-CN, de 19 DE OUTUBRO DE 2021.**

Não houve candidatos inscritos para as vagas reservadas.

**3. LISTA DOS(AS) CANDIDATOS(AS) DESCLASSIFICADOS(AS) POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS (ARTIGO 9º, §2º, “2”, DO EDITAL 01– N-CN, de 19 DE OUTUBRO DE 2021):**

- 3.1. Beatriz Araújo Silva;
- 3.2. Giovane Tiago De Araújo Lima;
- 3.3. Hilem Estefania Cosme De Oliveira;
- 3.4. Patrick Da Silva Costa;

**4. LISTA DOS(AS) CANDIDATOS(AS) DESCLASSIFICADOS(AS) POR FORÇA DA NORMA DISPOSTA NO ARTIGO (ARTIGO 12º, 3, “1”, DO EDITAL 01– N-CN, de 19 DE OUTUBRO DE 2021):**

2 1	PABLIANY DANTAS DA SILVA.	73,9 0	0	0	5,17
--------	------------------------------	-----------	---	---	------

**5. LISTA DOS(AS) CANDIDATOS(AS) COM RECURSOS DEFERIDOS:**

**5.1. LYDIANE BEZERRA DA SILVA;**

*“Defiro o recurso apresentado, acatando os fundamentos expostos, para reconhecer a validade da Certidão de Estágio de Pós-Graduação, encaminhado na forma do artigo 12 II, 1, do Edital de Abertura.”*

**5.2. MONIQUE MEDEIROS DE MELO**

*“Defiro o recurso apresentado, acatando os fundamentos expostos, para reconhecer a validade da Certidão de Estágio de Pós-Graduação, encaminhado na forma do artigo 12 II, 1, do Edital de Abertura.”*

**5.3. MICHAEL JACKSON ALVES DE MORAIS**

*“Defiro o recurso apresentado, acatando os fundamentos expostos, para reconhecer a validade da Certidão de Estágio de Graduação, encaminhado na forma do artigo 12 II, 1, do Edital de Abertura.”*

**6. DA CONVOCAÇÃO PARA A ETAPA 3 – REDAÇÃO:**

6.1. Ficam os candidatos habilitados nas Etapas I e II, na forma prevista no item 1, convocados para a realização da prova na data de **13 de Fevereiro de 2022**, no Município de Currais Novos/RN, em local a ser informado em momento oportuno, garantindo-se a antecedência mínima de 10 dias.

Currais Novos/RN, 13 de janeiro de 2022.

**HENIO FERREIRA DE MIRANDA JÚNIOR**  
Coordenador do Núcleo da Defensoria Pública de Currais Novos/RN

# Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Administração da Exma. Sr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Bezerra – Governadora**

**ANO 89 • NÚMERO: 15.097 NATAL, 14 DE JANEIRO DE 2022 • SEXTA-FEIRA**

Edital conjunto n.º 002/2022, de 13 de janeiro de 2022 - 1ª Defensoria Criminal/19ª Defensoria Criminal

A 1ª e a 19ª Defensorias Criminais de Natal, no uso das suas atribuições, conferidas pela resolução de n.º 250/2021-CSDP, de 19 de março de 2021, em conformidade com a Portaria de n.º 244/2021-GDPGE, de 29 de maio de 2021 e a teor do Edital conjunto n.º. 001/2021, de 29 de setembro de 2021, torna público o resultado definitivo da etapa 3 e o RESULTADO FINAL da I Seleção Simplificada para Estagiários em Direito da 1ª e 19ª Defensorias Criminais.

## 1. Resultado da etapa 3 (entrevista)

Nº	CANDIDATOS	SITUAÇÃO
1	Allan Pereira da Silva	Apto
2	Arielli Targino do Nascimento	Apta
3	Calinne Carla Aguiar Silva	Apta
4	Calissa Lorena Pereira Alves M. Bezerra	Apta
5	Caroline Lais Bezerra	Apta
6	Daniele Silva de Araújo	AUSENTE
7	Diego Alberto Farias Dantas	Apto
8	Estephanie Silveira Dantas de Aguiar	Apta
9	Filipe Dantas de Gois	Apto
10	José Viana de Sales Junior	Apto
11	Júlia Rodrigues Cano	Apta
12	Kartanjak Martins Barreto Borges	Apta
13	Lara Moreira Brito da Silva	Apta
14	Larissa Raquel Leandro Tomaz	Apta
15	Louise Serrano Bezerra	Apta
16	Lucas Parente Nobre	Apto

17	Lucas Quirino Gomes	Apto
18	Maria Clara Alves Barros Oliveira dos Anjos	Apta
19	Mariana Câmara de Araújo	Apta
20	Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida	Apto

1.1 Considerando que a candidata Daniele Silva de Araújo não compareceu à entrevista, bem como o fato de todos os outros candidatos terem sido considerados APTOS na presente etapa eliminatória, não há necessidade de abertura de fase recursal em relação ao resultado ora apresentado, pelo que segue o RESULTADO FINAL da seleção.

## 2. Resultado final da seleção:

CANDIDATO/A	N.A.C. <sup>1</sup> <u>1</u>	CLASSIFICAÇÃO
Kartanjak Martins Barreto Borges	9,8944	1°
Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida	9,696	2°
Calissa Lorena Pereira Alves M. Bezerra	9,5824	3°
Júlia Rodrigues Cano	9,5664	4°
Estephanie Silveira Dantas de Aguiar (PCD)	6,192	5°
Larissa Raquel Leandro Tomaz	9,5488	6°
Calinne Carla Aguiar Silva	9,512	7°
José Viana de Sales Junior	9,488	8°
Caroline Lais Bezerra	9,372	9°
Lucas Parente Nobre	9,3544	10°
Allan Pereira da Silva (PCD)	5,92	11°
Louise Serrano Bezerra	9,324	12°
Diego Alberto Farias Dantas	9,3096	13°
Arielli Targino do Nascimento	9,268	14°
Lara Moreira Brito da Silva	9,2488	15°
Maria Clara Alves Barros Oliveira dos Anjos	9,248	16°
Filipe Dantas de Gois	9,2472	17°
Mariana Câmara de Araújo	9,2088	18°
Lucas Quirino Gomes	9,192	19°
<b>CANDIDATOS QUE CONCORRERAM ÀS VAGAS RESERVADAS</b>		
CANDIDATO/A <sup>2</sup>	N.A.C.	CLASSIFICAÇÃO
Estephanie Silveira Dantas de Aguiar	6,192	1°
Allan Pereira da Silva	5,92	2°

## 3. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Natal, 13 de janeiro de 2021.

GERALDO GONZAGA DE OLIVEIRA  
Defensor Público Titular da 1ª Defensoria Criminal de Natal

FRANCISCO SIDNEY DE CASTRO RIBEIRO FEIJÃO  
Defensor Público Titular da 19ª Defensoria Criminal de Natal

---

<sup>[1]</sup> Nota da avaliação curricular = ((D.A. \* 8) + (N.E.G. \* 1) + (N.P \* 1))/100

<sup>[2]</sup> Art. 1º, §2º do edital: “Haverá duas listas de classificação para cada seleção, conforme a escolha do candidato no momento da inscrição, uma com classificação geral, incluídos os candidatos com deficiência, e outra exclusivamente composta por esses”.